

# Uma variante dos decretos-leis

O Congresso entrará em recesso no próximo dia 30. Antes dessa data, terá de aprovar — para nos cingirmos apenas ao âmbito da economia — o orçamento federal, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e o *pacote* fiscal, que até agora não lhe foi enviado. Nesse prazo tão exíguo, pode-se avaliar a atenção que será dispensada às propostas do governo...

O orçamento federal estende-se por 733 páginas, que certamente devem merecer toda a atenção, para que a Lei dos Meios se torne realmente uma peça aprovada pelo Congresso. O I PNDNR, que fixa a orientação da política econômica para o período 1986/89, compreende 265 páginas. Quanto ao *pacote* fiscal, ainda não foi remetido ao Congresso, mas constitui um adendo ao orçamento, e poderá acarretar mudanças e graves consequências para os contribuintes e as empresas.

Pela Constituição instituída sob o regime militar, o presidente da República podia (e ainda pode...) baixar decretos-leis, ficando o Congresso com prazo de 60 dias para estudá-los

e, eventualmente, rejeitá-los. O governo da Nova República, porém, não terá nem 15 dias para examinar o I PNDNR e o *pacote* fiscal, que deverão ser aprovados antes do fim do ano. O orçamento foi enviado ao Congresso antes das eleições, apresentado como uma peça muito mais transparente, mas somente na segunda quinzena de setembro começou a ser examinado por uma comissão do Congresso, que, salvo erro de nossa parte, ainda não terminou seus trabalhos, de modo a poder submeter o orçamento de 1986 ao julgamento do plenário... De fato, em pleno período eleitoral, o Congresso tinha outras preocupações, mais agudas do que a de examinar uma Lei dos Meios que esteve na origem do sistema parlamentar. Mais uma vez a discussão do orçamento não será realizada, apesar do interesse de alguns membros do Congresso...

A situação é pior no tocante ao PND, que o governo tanto tardou a elaborar, deixando menos de 15 dias ao Congresso para o discutir, podendo apenas aprová-lo. Quanto ao *pacote* fiscal, ficou evidente que, embora modifique a própria Lei dos Meios,

o governo não tinha nenhum interesse em submetê-lo à apreciação do Congresso antes das eleições de 15 de novembro. Na melhor das hipóteses, o Congresso terá dez dias para examinar o projeto, que parece muito discutível. Pode-se até imaginar se o regime dos decretos-leis não seria melhor, já que dava ao Congresso pelo menos 60 dias para estudar e, eventualmente, anular uma decisão do Executivo...

Diante dessa situação, democraticamente desconfortável, parece-nos que a sugestão apresentada pelo sr. Octávio Gouvêa de Bulhões poderia configurar uma solução satisfatória. O ex-ministro recomenda que não se corrija o orçamento em função da inflação futura. Em recente palestra, o professor Bulhões foi bem explícito ao dizer: "O equilíbrio orçamentário será conquistável quando o governo se capacitar da necessidade de suprimir a taxa inflacionária do orçamento público. Ao suprimi-la, com a demonstração de nivelamento das despesas e da receita, o governo proporcionará um clima de reversão de expectativa inflacionária".

O ex-ministro considera indispensável que, antes de 1986, todos os subsídios tenham sido suprimidos e estejam ajustadas as tarifas dos serviços públicos, prevendo-se por isso forte inflação em dezembro, que logo, porém, tenderia à estabilidade. Considera que, com a supressão do ajustamento inflacionário no orçamento, subsistiria ainda um ligeiro déficit, que poderia ser totalmente eliminado com a venda de ações das empresas estatais, o que permitiria capitalizá-las e lhes daria condições de financiar investimentos úteis ao País. O professor Bulhões concluiu declarando: "A correção monetária, prévia e implicitamente eliminada no orçamento, tornar-se-ia eliminável de maneira genérica. Seria uma eliminação automática, sem artifício algum, com plena confiança dos que poupam e dos que auferem salários".

O professor Bulhões propõe uma solução simples, que alguns talvez julguem simplista. Mas, ao preconizar esse "plano austral brasileiro", o ex-ministro da Fazenda oferece uma solução para evitar que se aprove, às escondidas, mais um *pacote* fiscal, que só poderá alimentar a inflação...